O regime jurídico das doações inoficiosas e suas consequências para a proteção dos herdeiros necessários

The legal regime of inofficious donations and its consequences for the protection of the necessary heirs

Walsir Edson Rodrigues Júnior*

Vitória de Castro Capute**

REFERÊNCIA

RODRIGUES JÚNIOR, Walsir. E.; CAPUTE, Vitória de Castro. O regime jurídico das doações inoficiosas e suas consequências para a proteção dos herdeiros necessários. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 45, p. 246-266, abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/0104-6594.108215>.

RESUMO

Com a finalidade de proteger os herdeiros necessários, o art. 549 do Código Civil estabelece a nulidade da doação quanto ao montante que excede aquele que o doador poderia testar no momento da liberalidade, denominada doação inoficiosa. Sobre o instituto, a doutrina e a jurisprudência esbarram em algumas questões relativas ao tema que definirão o cumprimento ou não da finalidade do instituto. Nesse cenário, o presente artigo, que emprega a pesquisa bibliográfica e jurisprudencial como procedimentos metodológicos, tem como objetivo analisar se a doação inoficiosa consiste em hipótese de nulidade absoluta ou relativa e quais as consequências deste enquadramento. Além disso, pretende verificar a possibilidade ou não da realização de doações sucessivas que, em somatória, excedam o montante disponível. Para tanto, além de retomar os fundamentos da doação inoficiosa, traça-se um panorama acerca do posicionamento doutrinário e do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema. Ao final, conclui-se que a consequência para a doação inoficiosa é a nulidade absoluta, bem como que não é possível a realização de doações sucessivas.

PALAVRAS-CHAVE

Doação Inoficiosa. Nulidade Absoluta. Nulidade Relativa. Decadência. Doações Sucessivas.

ABSTRACT

In order to protect the necessary heirs, the article 549 of the Brazilian Civil Code establishes the nullity of the exceeded amount donated by the donor that could not be freely disposed on a Will, which is denominated as an inofficious donation. About the institute, doctrine and jurisprudence impinge on some issues related to the theme that define whether the institute's purpose should or should not be fulfilled. Thus, this article, which adopts bibliographic and jurisprudential research as methodological procedures, aims to analyze whether the inofficious donation is a hypothesis of absolute or relative nullity and what consequences this framing produces. In addition, it intends to verify the possibility or not of making successive donations that exceed the available half. Therefore, in addition to resuming the foundations of inofficious donation, an overview of the position of the doctrine and of the Superior Court of Justice on the subject is outlined. In the end, it is concluded that the consequence of the inofficious donation is the absolute nullity, as well as the impossibility of making successive donations.

* Doutor e Mestre em Direito Processual pela PUC Minas. Especialista em Direito Notarial e Registral pela Faculdade de Direito Milton Campos. Professor de Direito Civil nos Cursos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado em Direito da PUC Minas. Professor de Direito Civil na Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) e do Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG). Advogado.

** Graduanda em Direito pela UFMG.

KEYWORDS

Inofficious Donation. Absolute Nullity. Relative Nullity. Decadence.

SUMÁRIO

1. Introdução. 2. A doação inoficiosa 3. Doação inoficiosa: nulidade absoluta ou nulidade relativa. 3.1. Prazo para a alegação da nulidade. 3.2. Legitimidades à propositura da ação. 4. Momento de realização do cálculo para a verificação da inoficiosidade. 5. (Im)possibilidade de doações sucessivas. 6. Conclusão. Referências. Dados da publicação.

1 INTRODUÇÃO

Como se sabe, a legítima consiste na metade dos bens de propriedade do falecido que pertencem de pleno direito aos herdeiros necessários e, por essa razão, não podem ser dispostos em testamento (OLIVEIRA, 1952, p. 55). É constituída, assim, pelos bens sobre os quais seu titular não está autorizado a livremente dispor (VILLELA, 1964, p. 3), sendo esta limitação fundada no princípio da solidariedade familiar (ORSELLI, SPIESS, 2016, p. 203) e no dever de assistência e auxílio econômico entre os familiares (FARIAS, NELSON, 2018, p. 61).

No ordenamento jurídico brasileiro, a matéria encontra-se disposta no art. 1.845 do Código Civil, ao estabelecer como herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes e o cônjuge¹. Em seguida, o art. 1.846, do mesmo diploma legal, prevê a regra da legítima, ao acrescentar que “pertence aos herdeiros necessários, de pleno direito, a metade dos bens da herança, constituindo a legítima”.

O que se tem, portanto, é uma restrição à liberdade de disposição de bens por aquele que possui herdeiros necessários. Essa restrição, contudo, não está limitada ao testamento, vez que, caso assim o fosse, restaria autorizada a prática de atos de liberalidade gratuitos em vida que invadissem a metade indisponível, fato que geraria o esvaziamento da legítima.

É exatamente por essa razão que surge a doação inoficiosa, estabelecida no art. 549 do Código Civil, que prevê a nulidade da doação quanto ao montante que exceder aquilo que o doador, no ato da liberdade, poderia dispor em testamento. Sobre o tema, é necessário se ter em vista que a finalidade do instituto é a preservação da legítima, objetivo que deve nortear os

1 O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento dos Recursos Extraordinários nº 646.721 e 878.694, decidiu pela inconstitucionalidade da distinção de regime sucessório entre cônjuges e companheiros. Sendo assim, equiparou os cônjuges e companheiros para fins sucessórios. Contudo, não se manifestou sobre a inclusão ou não do companheiro como herdeiro necessário (RE 646721, Relator(a): Marco Aurélio, Relator(a) p/ Acórdão: Roberto Barroso, Tribunal Pleno, julgado em 10/05/2017, Acórdão Eletrônico Repercussão Geral - Mérito DJe-204. Divulg 08-09-2017. Public 11-09-2017; RE 878694, Relator(a): Roberto Barroso, Tribunal Pleno, julgado em 10/05/2017, Processo Eletrônico Repercussão Geral - Mérito DJe-021. Divulg. 05-02-2018 Public. 06-02-2018).

estudos sobre o tema. A partir desse objetivo, merecem destaque alguns aspectos relevantes acerca das doações inoficiosas que geram consequências para o próprio alcance ou não dessa finalidade.

O primeiro deles reside na análise de qual a espécie de invalidade que atinge o valor que excede àquele que poderia ser doado. Em outras palavras, a questão que vem à tona é a seguinte: trata-se de hipótese de nulidade absoluta ou nulidade relativa? Com efeito, essa definição mostra-se necessária vez que, a depender de qual enquadramento, incidirão consequências jurídicas distintas, especialmente no que tange à existência ou não de prazo para alegação da nulidade e a análise sobre quem poderá alegá-la.

Para além disso, o segundo aspecto que emerge acerca das doações inoficiosas reside na possibilidade ou não de doações sucessivas. É dizer: pode o doador que possui um patrimônio de 100%, realizar uma primeira doação de 50%, metade do seu patrimônio e, posteriormente, quando possui patrimônio total de 50%, doe 25%, também metade do patrimônio e, após, doe 12,5%, mais uma vez metade da totalidade patrimonial? Neste cenário, verifica-se que, em relação ao patrimônio inicial de 100%, teria sido doado 87,50%. Questiona-se, então, a validade ou não de práticas como a narrada.

Portanto, é possível perceber a existência de relevantes questões acerca das doações inoficiosas que merecem análise mais aprofundada, principalmente tendo em vista que se trata de instituto essencial para a preservação da legítima.

2 A DOAÇÃO INOFICIOSA

Como cediço, a doação inoficiosa encontra-se prevista no art. 549 do Código Civil, dispositivo que estabelece sua vedação, nos seguintes termos: “nula é também a doação quanto à parte que exceder à de que o doador, no momento da liberalidade, poderia dispor em testamento” (BRASIL, 2002).

Conforme se pode observar, seu conceito pode ser depreendido a partir da própria redação do dispositivo legal. Em outras palavras, é exatamente aquela doação que ultrapassa o montante que o doador, naquele momento, estaria autorizado a dispor em testamento. Nessa mesma linha, Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosendal (2018, p. 799) definem a doação inoficiosa como a “prática de uma liberalidade ultrapassando a metade disponível do patrimônio do doador, ao tempo da prática do ato”.

A partir dessa conceituação, é possível extrair dois elementos fundamentais para a configuração da doação inoficiosa. O primeiro deles consiste na existência de herdeiros necessários, porquanto aqueles que não o possuem estão autorizados a testar a integralidade de seu patrimônio. Ressalta-se que, ainda para aqueles que não possuam herdeiros necessários, para a realização de doação, deve-se respeitar a regra contida no art. 548 do Código Civil. O segundo elemento é a própria realização de doação que ultrapassa a metade disponível do patrimônio do doador no momento do ato (FARIAS, ROSENVALD, 2018, p. 799).

Além disso, é preciso destacar que, conforme se extrai do dispositivo legal, a invalidade não atinge a totalidade da doação. Ao contrário, apenas será invalidada a parte que excede aquela que o doador estaria autorizado a dispor em testamento no momento de ato de liberalidade (TARTUCE, 2017, p. 33). É o que prevê também o art. 2.007 do Código Civil, que estabelece estarem sujeitas à redução as doações em que houver excesso quanto ao que o doador poderia dispor naquele momento, e ainda o já mencionado art. 549 do Código Civil.

Feitas tais considerações, para que seja possível adentrar nos fundamentos da doação inoficiosa, é preciso relembrar a previsão contida no art. 1.845 do Código Civil, que estabelece como herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes e o cônjuge. Em seguida, o art. 1.846, também do Código Civil, acrescenta que pertence aos herdeiros necessários a legítima, constituinte na metade dos bens da herança (BRASIL, 2002).

É exatamente em consonância com a regra da legítima, prevista nos referidos dispositivos legais, que o legislador optou por vedar a realização de doação que ultrapassa o valor que poderia ser disposto em testamento. Isso porque, uma vez que metade dos bens da herança pertence aos herdeiros necessários, não podendo ser dispostos em testamento, também não se mostra possível a celebração de negócio jurídico gratuito que invada a parte disponível.

Sobre a questão, explica Carlos Roberto Gonçalves que “havendo herdeiros necessários, o testador só poderá dispor de metade de seus bens, pois a outra *pertence de pleno direito* aos referidos herdeiros (CC, art. 1.846)” (GONÇALVES, 2017, p. 371). Acrescenta, ainda, que “o art. 549 visa preservar, pois, a *legítima* dos herdeiros necessários” (GONÇALVES, 2017, p. 371).

Assim sendo, é possível concluir que o objetivo da referida norma legal consiste na proteção da legítima, para que se garantam aos herdeiros necessários os bens sobre os quais

possuem direito (FARIAS, ROSENVALD, 2018, p. 799; VENOSA, 2017, p. 241; OLIVEIRA, 2016, p. 69; AZEVEDO, 2019, p. 208). Caso não houvesse a invalidade das doações inoficiosas, estaria permitido que o indivíduo realizasse disposições gratuitas em vida que ultrapassassem a metade disponível, gerando o esvaziamento do instituto da legítima (VENOSA, 2017, p. 241; COELHO, 2012, p. 478).

3 DOAÇÃO INOFICIOSA: NULIDADE ABSOLUTA OU NULIDADE RELATIVA?

O primeiro aspecto que merece destaque acerca das doações inoficiosas consiste no enquadramento de sua consequência jurídica como nulidade ou anulabilidade. A partir da leitura do já mencionado art. 549 do Código Civil, vê-se que o dispositivo expressamente estabelece como nula a doação na parte que extrapola a metade disponível.

Isso significaria, em uma primeira análise, o caráter de nulidade absoluta atribuído ao valor que excede a metade do patrimônio, vez que expressamente previsto em lei. No entanto, a questão ganha contornos específicos, especialmente ao se ter em vista o conceito e os fundamentos que definem a nulidade absoluta e a nulidade relativa.

Sobre a questão, cumpre relembrar que o negócio jurídico é considerado inválido quando não preenchidos os requisitos legais e, por essa razão, acaba por não produzir as relações jurídicas pretendidas (AMARAL, 2003, p. 354). Nessa linha, tem-se que a nulidade absoluta e a nulidade relativa consistem em espécies de invalidade do negócio jurídico (FARIAS, NELSON, 2015, p. 524), estando aquelas previstas nos arts. 166 e 167 do Código Civil e estas dispostas no art. 171 do referido diploma legal.

A diferenciação entre nulidade absoluta e nulidade relativa decorre da ocorrência de vícios mais ou menos graves (AZEVEDO, 2002, p. 68). A hipótese de nulidade absoluta mostra-se mais gravosa, vez que há violação ao interesse público, pelo que sua proteção interessa a toda a sociedade. Por outro lado, a nulidade relativa se relaciona aos interesses particulares, sendo, por conseguinte, menos grave (FARIAS, NELSON, 2015, p. 524). Note-se, então, que há uma análise sobre a natureza do interesse a ser protegido (AMARAL, 2003, p. 355), que justificará a adoção do regime das nulidades absolutas ou relativas.

Como consequência, o art. 169 do Código Civil prevê que o negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação ou possível de se convaler pelo decurso do tempo, regra da qual decorre a possibilidade de alegação do vício a qualquer momento (FARIAS, NELSON,

2015, p. 527). Além disso, nos termos do art. 168 do Código Civil, a nulidade pode ser alegada por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir.

O negócio jurídico anulável, por sua vez, pode ser confirmado pelas partes, conforme estabelece o art. 172 do Código Civil. Quanto à possibilidade de ajuizamento da ação, apenas os interessados poderão alegá-la, não havendo a possibilidade de reconhecimento de ofício, na linha do art. 177 do Código Civil. Ainda, a pretensão de anulação está sujeita a prazo decadencial de quatro anos nos casos do art. 177 do Código Civil, ou de dois anos quando a lei não estipular prazo, conforme art. 178 do mesmo diploma legal.

Realizados tais apontamentos, não obstante a expressa previsão legal de que se trataria de nulidade absoluta, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que consiste em hipótese de nulidade relativa (BRASIL, AgInt no REsp 1810727/SP, 2020), em observância à segurança jurídica e por se tratar de questão que envolve interesses particulares.

Contudo, há aqueles que defendem ser hipótese de nulidade absoluta, como é o caso de Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosendal (2018, p. 801). Embora absoluta, os autores destacam, com acerto, que consiste em nulidade parcial, na linha do art. 2.007, § 3º, do Código Civil, de forma que seria válida em relação à parte disponível do patrimônio do doador. Ainda, Carlos Roberto Gonçalves (2017, p. 372) entende que o excesso é nulo, como expressamente previsto pela legislação, sendo este também o posicionamento de Paulo Lôbo (2018, p. 215).

Em sentido semelhante, Flávio Tartuce (2019, p. 522) defende que se trata de nulidade absoluta textual que se distingue das demais, porquanto atinge apenas o montante que excede àquele que o doador poderia dispor em testamento. Para o autor, o caráter de nulidade absoluta também estaria amparado no fato de que a herança é direito fundamental, resguardado pelo art. 5º, inc. XXX, da Constituição Federal de 1988 (TARTUCE, 2019, p. 348).

Na mesma linha, Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2019, p. 435) destacam a necessidade de se observar a redação do art. 549 do Código Civil, afirmando que “o fato é que o Código de 2002, ao referir a expressão ‘é nulo’, culmina por remeter, o intérprete, à inafastável conclusão de que se trata de nulidade absoluta, e não mera anulabilidade”. Em suas palavras, concluem que “o legislador expressamente referiu ser nula a doação inoficiosa, e não simplesmente anulável” (GAGLIANO, PAMPLONA FILHO, 2019, p. 437).

A partir desta análise, é importante pontuar que, certamente, há previsão expressa legal que não pode ser ignorada, no sentido de que a consequência quanto à parte doada que excede à metade disponível, havendo herdeiros necessários, é a nulidade absoluta. Por essa razão, ainda que se argumente não se tratar de matéria de ordem pública, a melhor interpretação é aquela que reconhece o caráter de nulidade absoluta, em observância à expressa opção legislativa.

Feitas tais considerações, sabe-se que, estritamente relacionada à caracterização da nulidade como absoluta ou relativa, surgem duas questões relevantes: a existência de prazo para a propositura da ação de nulidade e a análise sobre quem pode propô-la. Embora cediço que nas hipóteses de nulidade absoluta a sua alegação pode ser feita a qualquer tempo, tanto pelos interessados como pelo Ministério Público e até reconhecida de ofício, enquanto no caso de nulidade relativa há prazo para sua realização, que somente poderá ser feita pelos interessados, a questão não se mostra tão clara no caso da doação inoficiosa.

Exatamente por essa razão, mostra-se importante tecer algumas considerações acerca do eventual prazo para a propositura da ação que impugna o ato de liberalidade, bem como sobre os legitimados para sua propositura.

3.1 PRAZO PARA A ALEGAÇÃO DA NULIDADE

Em relação ao prazo para a alegação da nulidade, inicialmente é preciso destacar que não é necessário que se aguarde o falecimento do doador para sua realização (GONÇALVES, 2017, p. 372; RIZZARDO, 2018, p. 497). A este respeito, inclusive, o Projeto de Lei 699/2011, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, sujeito à apreciação do plenário, pretende incluir ao art. 549 do Código Civil o parágrafo único com a seguinte redação: “a ação de nulidade pode ser intentada mesmo em vida o doador” (FARIA DE SÁ, 2011).

Ultrapassada esta questão, tem-se que, na hipótese explicitada anteriormente de se entender que se trata de nulidade absoluta, a alegação de nulidade poderia ser realizada em qualquer momento. Desse modo, a ação poderia ser proposta a qualquer tempo, não havendo prazo para tanto, vez que não se submeteria à decadência.

Nessa linha é o posicionamento de Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald (2018, p. 802) e Paulo Lôbo (2018, p. 215) que, como destacado, defendem se tratar de nulidade absoluta e, por conseguinte, poderia ser alegada a qualquer tempo, nos termos do art.

169 do Código Civil. Este também é o entendimento de Flávio Tartuce (2019, p. 525) e Carlos Roberto Gonçalves (2017, p. 372), sobre o fundamento de que se trata de matéria de ordem pública.

Vale ressaltar, ainda, a afirmação de Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2019, p. 437), no sentido de que inobstante o fato de que a declaração de nulidade absoluta não estaria submetida a prazo, o pedido de reivindicação da coisa ou o pagamento de perdas e danos estaria submetido ao prazo prescricional de dez anos estabelecido pelo art. 205 do Código Civil. O fundamento para tanto consiste no risco de insegurança jurídica caso a reivindicação da coisa ou o pagamento de perdas e danos não estivesse sujeita a prazo prescricional.

Por outro lado, de acordo com o posicionamento de que a nulidade seria relativa, sua alegação não poderia ocorrer a qualquer momento. Nesta hipótese, então, emerge a questão sobre qual o prazo para a propositura da ação de nulidade, vez que não há definição legal específica para as doações inoficiosas.

Sobre o tema, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que, na ausência de prazo legal, aplica-se às ações de nulidade das doações inoficiosas o prazo geral de prescrição (BRASIL, AgInt no REsp 1810727/SP, 2020; BRASIL, AgInt no AREsp, 2018; BRASIL, AgInt no AREsp 1196862/SP, 2018; BRASIL, AgInt no AREsp 960.549/PR, 2018; BRASIL, AgRg no AREsp 332.566/PR, 2014; BRASIL, REsp 1321998/RS, 2014; BRASIL, REsp 1049078/SP, 2012).

Como se sabe, o referido prazo, segundo o art. 177 do Código Civil de 1916, era de vinte anos. Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça entende que no caso de ação anulatória de doação inoficiosa, aplica-se prazo prescricional vintenário, contado a partir do registro do ato jurídico que se busca anular (BRASIL, AgInt no REsp 1810727/SP, 2020; BRASIL, REsp 1755379/RJ, 2019; BRASIL, REsp 259.406/PR, 2005; BRASIL, REsp 591.401/SP, 2004; BRASIL, REsp 151.935/RS, 1998). A partir da vigência do Código Civil de 2002, passou-se a aplicar o prazo prescricional de dez anos previsto em seu art. 205 (RIZZARDO, 2015, p. 466).

Nesse ponto, é necessário pontuar que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça iniciou-se na vigência do Código Civil de 1916, no qual os prazos eram, nas palavras de Humberto Theodoro Júnior (2018, p. 15), “englobados sob o *nomen iuris* de prescrição e, por isso, literalmente se regiam pelos mesmos princípios e regras”. Contudo, o Código Civil de

2002 optou por conceituar a prescrição, em seu art. 189, e disciplinar especificamente a decadência, nos arts. 207 a 211 (THEODORO JÚNIOR, 2018, p. 245).

Isso posto, tem-se que a aplicação do prazo prescricional de vinte anos, previsto no art. 177 do Código Civil de 1916 se deu diante da ausência de disposição acerca dos prazos decadenciais. Nessa ordem de ideias, considerando que, na vigência do Código Civil de 2002 há a previsão, no art. 179, de prazo decadencial de dois anos para pleitear a anulação de ato anulável, não há razão para aplicar o prazo prescricional de dez anos estabelecido pelo art. 205 do mesmo diploma legal.

Com efeito, a alegação da nulidade das doações inoficiosas não está sujeita a prazo prescricional, mas sim, decadencial. Conforme explica Agnelo Amorim Filho (1961, p. 16), apenas as ações condenatórias podem ser afetadas pela prescrição:

Por via de consequência chegar-se-á, então, a uma segunda conclusão importante: só as ações condenatórias podem sofrer os efeitos da prescrição, pois são elas as únicas ações por meio das quais se protegem judicialmente os direitos que irradiam pretensões, isto é, os da primeira categoria da classificação de CHIOVENDA. Com efeito, as condenatórias são as únicas ações que servem de meio para se obter judicialmente, com a intervenção do Estado, satisfação das pretensões não atendidas extrajudicialmente pelos sujeitos passivos das relações jurídicas substanciais. Igual satisfação não é possível obter, jamais, por via de ações constitutivas ou declaratórias, pois essas têm finalidades diversas. Assim, desde que a prescrição atinge diretamente as pretensões, somente as ações condenatórias podem sofrer seus efeitos.

Por sua vez, estão sujeitos aos prazos decadenciais os direitos potestativos, que serão exercidos por ação declaratória, nos quais inclui-se o poder conferido aos interessados de promover a invalidação dos negócios jurídicos anuláveis (AMORIM FILHO, 1961, p. 4).

A partir dessas considerações, em resumo, tem-se que, na hipótese de ação condenatória, será aplicado o prazo prescricional da pretensão correspondente. Lado outro, no caso de ação constitutiva ou desconstitutiva, o direito exercitado estará submetido a prazo decadencial. É o que explicita Agnelo Amorim Filho (1961, p. 33):

- 1ª) - Estão sujeitas à prescrição (indiretamente, isto é, em virtude da prescrição da pretensão a que correspondem): - todas as ações condenatórias, e somente elas;
- 2ª) - Estão sujeitas à decadência (indiretamente, isto é, em virtude da decadência do direito potestativo a que correspondem): - as ações constitutivas que têm prazo especial de exercício fixado em lei;
- 3ª) - São perpétuas (imprescritíveis): - a) as ações constitutivas que não têm prazo especial de exercício fixado em lei; e b) todas as ações declaratórias.

Assim sendo, a conclusão a que se chega é que caso se entenda que a invalidade da parcela que excede a que o doador poderia dispor em testamento seja hipótese de nulidade relativa, inobstante o caráter de nulidade absoluta conferido pela lei, não se deve aplicar o

prazo prescricional de dez anos previsto pelo art. 205 do Código Civil. Ao contrário, a pretensão de anulação deveria ser formulada no prazo de dois anos contados a partir da celebração do ato, nos termos do art. 179 do Código Civil.

Esse posicionamento já foi defendido em voto vencido no julgamento do Recurso Especial 1.755.379:

Diante de tais lições doutrinárias a respeito da prescrição e da decadência, analisando o caso concreto, no meu sentir, não se pode considerar correto o entendimento que classifica como prescricional o prazo para "anular" o negócio jurídico realizado ainda em vida pela doadora, em flagrante prejuízo ao direito da legítima dos herdeiros necessários, pois é evidente que o exercício do direito de anular o excesso da doação não tem como correspondência um dever de prestação do sujeito passivo, cabendo a este apenas se sujeitar a tal efeito, tratando-se, portanto, de prazo decadencial, pois está associada inegavelmente a um direito potestativo (BRASIL, REsp 1755379/RJ, 2019).

Feitas tais considerações, deve-se repisar que, em observância à redação conferida ao art. 549 do Código Civil que expressamente estabelece o caráter de nulidade absoluta ao excesso nas doações inoficiosas, a única interpretação é a de que a pretensão de nulidade do negócio jurídico realmente não estaria sujeita a prazo.

No entanto, na hipótese de aplicação do entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça até o momento, no sentido de que se trata de nulidade relativa, a pretensão de anulação não estaria submetida ao prazo prescricional de dez anos estabelecido pelo art. 205 do Código Civil. Na verdade, estaria submetida ao prazo decadencial de dois anos, previsto no art. 179 do Código Civil.

3.2 LEGITIMADOS À PROPOSITURA DA AÇÃO

Já quanto à análise sobre quem são aqueles que podem propor a ação de nulidade da doação inoficiosa, a partir das consequências de cada espécie de invalidade, o raciocínio mais adequado também é no sentido de que, caso se entenda que a nulidade é relativa, somente os interessados estariam autorizados a ajuizar a demanda, sendo estes os herdeiros necessários do doador.

Por outro lado, na hipótese mais adequada, de se defender a nulidade absoluta, por se tratar de matéria de ordem pública, seria possível a alegação da nulidade por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público, além da possibilidade de o juiz declará-la de ofício,

nos termos do art. 168 do Código Civil (GONÇALVES, 2017, p. 372; ORSELLI, SPIESS, 2016, p. 205).

No entanto, merecem destaque alguns posicionamentos que conferem caráter especial à nulidade das doações inoficiosas. É o caso de Flávio Tartuce (2019, p. 527), que, embora defenda se tratar de nulidade absoluta, sustenta que a “ação somente poderá ser proposta pelos interessados, ou seja, pelos herdeiros necessários do doador”. Sobre a questão, argumenta que isso se dá em razão do caráter de nulidade especial que somente pode ser pretendida por quem tem interesse, embora envolva questão de ordem pública. (TARTUCE, 2019, p. 527).

Sob este mesmo ângulo, Paulo Lôbo (2018, p. 215), embora entenda ser hipótese de nulidade absoluta, argumenta que “a nulidade não é de ordem pública, mas no exclusivo interesse dos herdeiros necessários. Assim, apenas estes estão legitimados a reclamá-la. Do mesmo modo, o Ministério Público pode alegá-la e o juiz pronunciá-la, sempre no interesse dos herdeiros necessários incapazes” (LÔBO, 2018, p. 215).

Nesse ponto, ausente qualquer exceção prevista em lei, ressalta-se que o que deve nortear a análise sobre quem poderá alegar a nulidade é o seu enquadramento como nulidade absoluta ou relativa, em respeito às características e consequências de cada instituto. Dessa forma, não se mostra adequado o entendimento de que se trata de nulidade absoluta que, por sua vez, somente poderá ser alegada pelos interessados, sendo estes os herdeiros necessários do doador.

A este respeito, então, a conclusão mais prudente, em consonância com o posicionamento já explicitado, é a de que, de acordo com a redação do dispositivo legal, que expressamente classifica o excesso da doação inoficiosa como nula, deve ser aplicado o mencionado art. 168 do Código Civil, no sentido de que a declaração pode se dar por qualquer interessado ou Ministério Público e até mesmo por ofício.

4 MOMENTO DE REALIZAÇÃO DO CÁLCULO PARA A VERIFICAÇÃO DA INOFICIOSIDADE

Para além disso, outro ponto relevante no tocante ao tema das doações inoficiosas consiste na análise sobre quando deve ser feito o cálculo para se verificar a existência ou não de violação à parte disponível. A este respeito, depreende-se da própria redação legislativa que o cálculo deverá ser feito “no momento da liberalidade”, ou seja, deve-se observar o

patrimônio do doador no momento do ato da doação (MIRANDA, 1970, p. 80; GOMES, 2012, p. 83; VENOSA, 2017, p. 241; LÔBO, 2018, p. 214; TARTUCE, 2019, p. 523; AZEVEDO, 2019, p. 208; GAGLIANO, PAMPLONA FILHO, 2019, p. 434; BRASIL, AR 3.493/PE, 2012; BRASIL, EREsp 160.969/PE, 2000; BRASIL, REsp 111.426/ES, 1998).

Por essa razão, decréscimos ou acréscimos no patrimônio do doador não alteram a validade ou invalidade do ato (FARIAS, ROSENVALD, 2018, p. 800; COELHO, 2012, p. 478; MELLO, 2017, p. 290; NADER, 2016, p. 322; PEREIRA, 2017, p. 156). Com efeito, conforme destacado por Pontes de Miranda, “a liberdade que foi feita, sem atingir a parte legítima existente na época em que se fez, é incólume; e não se torna inoficiosa se o patrimônio sofrer posterior diminuição” (MIRANDA, 1970, p. 80).

Caso contrário, restaria um cenário de insegurança em relação ao donatário, que apenas com o falecimento do doador não existiria mais a possibilidade de anulação da doação por inoficiosidade. Além da manifesta insegurança jurídica, não se mostra razoável que o donatário seja prejudicado em razão do empobrecimento do doador (COELHO, 2012, p. 479). Nessa mesma linha é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, ao destacar, no julgamento da Ação Rescisória 3.493, analisada mais detidamente adiante, que tal sistema “atende melhor aos interesses da sociedade, pois não deixa inseguras as relações jurídicas, dependentes de um acontecimento futuro e incerto, como o eventual empobrecimento do doador” (BRASIL, AR 3.493/PE, 2012).

Isso significa, portanto, que, enquanto o cálculo da legítima é feito na data da abertura da sucessão, ou seja, do falecimento, o cálculo para fins de caracterização da doação inoficiosa é realizado no momento do ato de liberalidade. (FARIAS, ROSENVALD, 2018, p. 800). Contudo, essa regra deve ser analisada com especial atenção quando se considera a possibilidade de que o doador realize doações sucessivas ao longo do tempo.

5 (IM)POSSIBILIDADE DE DOAÇÕES SUCESSIVAS

A doação sucessiva, como se depreende da própria nomenclatura, ocorre quando há a prática de diversas doações no decorrer do tempo. Para a compreensão da questão, imagine-se que o doador faz uma doação equivalente à metade de seu patrimônio, de modo que seu patrimônio se reduz a 50% do inicial. Passado o tempo, realiza nova doação de 25% de seu patrimônio inicial. Neste contexto, o patrimônio agora está reduzido a 25% do patrimônio

inicial total. Após, o doador realiza ainda outra doação, também em observância ao art. 549 do Código Civil, de forma que seu patrimônio total passa a ser 12,5% do inicial (BRASIL, AR 3.493/PE, 2012).

Nesse cenário, como visto, houve uma redução do patrimônio do doador que ultrapassa a metade que poderia ser disposta em testamento. Com efeito, após a realização de sucessivos atos de liberalidade, o patrimônio de 100% do doador acabou em 12,5% e, caso continuadas as doações, seria totalmente disposto.

Para que se possa analisar a validade ou não de tal prática, é preciso retornar ao fundamento e finalidade da invalidade das doações inoficiosas. Conforme explorado, o objetivo da norma consiste na proteção de metade do patrimônio, denominada legítima, que é destinada aos herdeiros necessários. Nessa linha, a regra legal prevista no art. 549 do Código Civil impede que se faça em vida, mediante doação, o que não se pode fazer em testamento.

A partir dessa análise é possível perceber que a possibilidade de realizações de doações sucessivas geraria, sem dúvidas, o completo esvaziamento da legítima, razão do próprio instituto, exatamente porque seria possível a disposição da metade indisponível do patrimônio em vida. Nesse sentido, consoante Carlos Roberto Gonçalves (2017, p. 373), caso fosse autorizado, “o doador continuaria doando a metade do que possui atualmente, e todas as doações seriam legais, até extinguir todo o seu patrimônio”.

É exatamente por essa razão que essa prática não pode ser validada pelo ordenamento jurídico, de modo que, ainda que não restem dúvidas quanto ao fato de que o cálculo do patrimônio deva ser realizado no momento da liberalidade, deve haver uma mitigação dessa regra nos casos de doações sucessivas (TARTUCE, 2019, p. 523). Assim, tendo sido realizadas diversas doações, é necessário que se considere todos os atos de liberalidade.

É dizer: não se pode considerar isoladamente o montante de cada contrato, mas, ao contrário, devem ser analisadas todas as doações efetuadas (TARTUCE, 2019, p. 523). Nesse sentido, destaca Arnaldo Rizzardo (2018, p. 497) que “se há doações sucessivas, todas devem ser computadas para aferir o montante, sob pena de tornar inútil ou sem efeito a norma. A não ser dessa maneira, prováveis as repetidas doações, levando ao esvaziamento do patrimônio, e burlando-se totalmente a lei”.

O procedimento correto, então, como já explicava Pontes de Miranda (1970, p. 80), é que proceda a soma de “tudo que se doou antes”. Em suas palavras, “se o patrimônio de A tem o valor 5 e ele doa hoje 2 e amanhã 1, há excesso de $\frac{1}{2}$, que se diminui à doação de 1”. Isso

deve ocorrer, como destacado, exatamente porque “com doações sucessivas não se pode dispor do que seria indisponível com um só ato”.

Sobre o tema, cumpre também destacar o posicionamento de Orlando Gomes (2012, p. 83), ao tratar sobre a realização do cálculo da parte disponível no momento da liberalidade:

Conquanto se refira a lei a esse momento, no pressuposto de doação única, não se pode aplicar a regra isoladamente no caso de sucessivas doações, sob pena de se tomar irrisória a proteção da legítima. Para os efeitos da redução devem levar-se em conta todas as liberalidades, somando-se seus valores para verificação do excesso em relação ao conjunto dos bens deixados, conforme opinião digna de apoio. Desse modo, se o doador já tiver feito outra doação, devem esses bens doados se reunir também à massa dos existentes para o efeito de calcular-se a metade disponível, porque, evidentemente, influem na apuração da parte que o doador poderia, no momento da liberalidade, dispor em testamento.

Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça, analisou, no bojo da Ação Rescisória 3493, situação na qual o doador, durante o período de trinta anos, realizou doação de dezenove imóveis. Naquela oportunidade, entendeu-se pela ausência de inoficiosidade, sobre o argumento de que “é necessário levar em consideração o patrimônio existente no momento em que efetuada a liberdade traduzida na doação”. O fundamento utilizado para tanto consiste na necessidade de garantia da segurança jurídica e da irrevogabilidade dos atos jurídicos praticados quando a lei assim permitia (BRASIL, AR 3.493/PE, 2012).

Quanto a este julgamento, é preciso destacar o voto vista proferido pela Min. Maria Isabel Gallotti, no qual restou apontado que, embora realmente para a verificação da validade da doação deva ser analisado o patrimônio total do doador e o valor do bem doado no momento da liberalidade, esta não é a discussão posta no caso, mas sim a realização, em vida, de doação de diversos bens em momentos sucessivos.

Sendo assim, entendeu-se pela procedência do pedido, visto que não seria possível realização de disposição de metade do patrimônio por meio de doações sucessivas, sob pena de “se admitir que toda e qualquer pessoa pode doar praticamente tudo o que tiver até a véspera da morte”.

Naquela oportunidade, a Min. Maria Isabel Gallotti esclareceu o esvaziamento do instituto da legítima caso autorizada a realização de doações sucessivas que ultrapassam a metade disponível:

No caso de sucessivas doações e disposição testamentária, entendo, no entanto, que a interpretação do mencionado dispositivo (art. 1.176 CC/1916) não deva ser tomada de forma isolada, sem a consideração dos dispositivos do mesmo Código relacionados ao Direito Sucessório (arts. 1.721 e 1.722 do CC/1916, também fundamento da presente

rescisória) sob pena de se esvaziar o conteúdo de outras normas do ordenamento relativas ao resguardo da legítima (BRASIL, AR 3.493/PE, 2012).

A partir da análise realizada, observa-se o acerto do mencionado voto vencido, em consonância com a doutrina que corretamente evidencia a impossibilidade de dilapidação do patrimônio em vida em violação à legítima. Com efeito, caso não seja considerada a integralidade das doações efetuadas, restará completamente esvaziada a legítima, exatamente o instituto que a nulidade da doação inoficiosa visa proteger.

Nessa linha, vale repisar as palavras de Pontes de Miranda (1970, p. 80), no sentido de que não se pode autorizar, por meio de doações sucessivas, o que não é autorizado em um só ato. Ainda, cumpre ressaltar que, evidentemente, caso o doador tenha acréscimo em seu patrimônio, estará autorizado a realizar doação de metade do acréscimo ocorrido.

Por fim, importante mencionar que é essencial ao ordenamento a unidade interna do sistema, compreendida como todas as relações entre normas e institutos. Quanto às normas, são responsáveis por formá-lo, e, também, têm como pressuposto o próprio sistema. Isso significa que apenas terão seu verdadeiro alcance se inseridas “como partes integrantes, em totalidade formal (sistema legislativo) e substancial (sistema social)” (PERLINGIERI, 2002, p. 78). Sendo assim, é superada a exegese entendida apenas como investigação do sentido literal da lei (PERLINGIERI, 2002, p. 78).

Dessa forma, o Direito Civil deve ser interpretado como um sistema único, pelo que não se pode analisar uma regra de forma dissociada. É o que aponta Carlos Silveira Noronha (2011, p. 13), veja-se:

E tais proposições doutrinárias, que vêm exibindo significativas e ousadas inovações, não ocorrem por exclusivo impulso do direito das sucessões, senão que recebem o estímulo de instigantes situações fáticas, de regras, princípios e valores experimentados em outros setores da ordem civil, moderna e pós-moderna (...).

Feita essa consideração, é certo que para que se garanta efetividade à norma que veda a doação inoficiosa, deve ser considerado o Direito das Obrigações, o Direito de Família e o Direito das Sucessões. Apenas assim, a partir de uma visão sistemática do direito civil, é possível alcançar a verdadeira finalidade do dispositivo legal. Ao contrário, uma visão isolada do dispositivo poderia gerar a equivocada autorização de realização de doações sucessivas e, assim, frustrar o objetivo almejado por todo o Direito Civil quando opta pela proteção à legítima.

6 CONCLUSÃO

Por todo o exposto, é possível observar a existência de importantes questões que envolvem o tema das doações sucessivas, questões que devem ser analisadas com especial atenção, especialmente porquanto se trata de instituto sem o qual restaria integralmente esvaziada a regra que prevê a legítima aos herdeiros necessários, disposta nos arts. 1.845 e 1.846 do Código Civil.

Sobre a questão, conforme abordado, destaca-se a verificação se a doação que ultrapassa a metade disponível implica nulidade absoluta ou relativa. Como se demonstrou, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que se trata de nulidade relativa, por atingir somente interesses particulares. Entretanto, o art. 549 do Código Civil expressamente prevê que o excesso doado é nulo, de forma que não se pode ignorar que, por previsão legal, se trata de nulidade absoluta.

A partir dessa discussão, surgem relevantes implicações ao tratamento da matéria, tais como a existência ou não de prazo para alegação de nulidade e a legitimidade para fazê-lo. Nesse aspecto, a partir do entendimento de que se trata de hipótese de nulidade relativa, o Superior Tribunal de Justiça estabeleceu o prazo prescricional de dez anos para sua alegação, nos termos do art. 205 do Código Civil, alegação que somente poderá ser feita pelos interessados, sendo estes os herdeiros necessários prejudicados.

Contudo, ainda que se entenda ser hipótese de nulidade relativa, sujeita a prazo para sua alegação, não se mostra coerente a aplicação do prazo prescricional de dez anos. Caso assim o fosse, a pretensão de anulação do negócio jurídico estaria sujeita a prazo decadencial, o qual, conforme prevê o art. 179 do Código Civil, é de dois anos a contar da prática do ato.

Em que pese o entendimento consolidado do STJ sobre a anulabilidade das doações inoficiosas, conclui-se que a espécie de invalidade que atinge as doações inoficiosas é a nulidade absoluta, vez que foi esta a opção legislativa. Sendo assim, não se sujeita a prazo decadencial e poderá ser alegada por qualquer interessado ou pelo Ministério Público, bem como de ofício pelo magistrado. Ainda, mesmo que se considere equivocadamente ser hipótese de nulidade relativa, o prazo a ser aplicado seria o prazo decadencial de dois anos, nos termos do mencionado art. 179 do Código Civil.

Para além disso, outro aspecto relevante, como visto, consiste na discussão sobre o momento de aferição do cálculo do patrimônio. Daí decorre a questão consistente na

possibilidade ou não de realização de doações sucessivas, hipótese nas quais, sem dúvidas, deve haver uma análise da totalidade do patrimônio e das liberalidades realizadas, para que seja declarada a nulidade do montante total que extrapola a metade disponível.

Caso contrário, é preciso destacar, restaria autorizada a disposição em vida, por meio de doação, daquilo que não pode ser disposto em testamento. Nesse cenário, restaria por completo esvaziada a proteção à legítima, sendo este exatamente o instituto que a invalidade das doações inoficiosas pretende resguardar. Por essa razão, é necessário que se afaste a prática de doações sucessivas que ultrapasse a metade disponível, sob pena de frustrar integralmente o objetivo legal.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, Agnelo. Critério científico para distinguir a prescrição da decadência e para identificar as ações imprescritíveis. *Revista de Direito Processual Civil*. São Paulo, v. 3º, p. 95-132, jan./jun. 1961.

AMARAL, Francisco. *Direito civil: introdução*. 5. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Negócio jurídico: existência, validade e eficácia*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Curso de direito civil: contratos típicos e atípicos*. São Paulo: Saraiva, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 16 abril de 2020.

BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de Janeiro de 1916. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 16 abril 2020.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em 16 abril de 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgInt no REsp 1810727/SP*, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 20/04/2020, DJe 23/04/2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgInt no AREsp 626.370/DF*, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 14/08/2018, DJe 21/08/2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgInt no AREsp 1196862/SP*, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 10/04/2018, DJe 19/04/2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgInt no AREsp 960.549/PR*, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 20/02/2018, DJe 27/02/2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AgRg no AREsp 332.566/PR*, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 16/09/2014, DJe 24/09/2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp 1321998/RS*, Rel. Ministra Nancy Andrichi, Terceira Turma, julgado em 07/08/2014, DJe 20/08/2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp 1049078/SP*, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 18/12/2012, DJe 01/03/2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp 259.406/PR*, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, julgado em 17/02/2005, DJ 04/04/2005, p. 314.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp 591.401/SP*, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, Quarta Turma, julgado em 23/03/2004, DJ 13/09/2004, p. 259.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp 151.935/RS*, Rel. Ministro Ruy Rosado De Aguiar, Quarta Turma, julgado em 25/06/1998, DJ 16/11/1998, p. 96.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *AR 3.493/PE*, Rel. Ministro Massami Uyeda, Rel. p/ Acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, julgado em 12/12/2012, DJe 06/06/2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *EResp 160.969/PE*, Rel. Ministro Ruy Rosado De Aguiar, Segunda Seção, julgado em 22/03/2000, DJ 29/05/2000, p. 108.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp 111.426/ES*, Rel. Ministro Eduardo Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 19/11/1998, DJ 29/03/1999, p. 161.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp 1755379/RJ*, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Rel. p/ Acórdão Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 24/09/2019, DJe 10/10/2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *RE 646721*, Relator(a): Marco Aurélio, Relator(a) p/ Acórdão: Roberto Barroso, Tribunal Pleno, julgado em 10/05/2017, Acórdão Eletrônico Repercussão Geral - Mérito DJe-204 Divulg 08-09-2017 Public 11-09-2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *RE 878694*, Relator(a): Roberto Barroso, Tribunal Pleno, julgado em 10/05/2017, Processo Eletrônico Repercussão Geral - Mérito Dje-021 Divulg 05-02-2018 Public 06-02-2018.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito civil*, 3: contratos. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FARIA DE SÁ, Arnaldo. *Projeto de Lei 699/2011*. Altera o Código Civil, instituído pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

FARIAS, Cristiano Chaves de; NELSON, Rosenvald. *Curso de direito civil: parte geral e LINDB*, volume 1. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito civil: contratos*. 8. ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

FARIAS, Cristiano Chaves de; NELSON, Ronsevald. *Curso de direito civil: sucessões*. 4. ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil*, volume 4: contratos. São Paulo: Saraiva, 2019.

GOMES, ORLANDO. *Sucessões*. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro, volume 3: contratos e atos unilaterais*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

LÔBO, Paulo. *Direito civil: volume 3: contratos*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MELLO, Cleyson de Moraes. *Direito civil: contratos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2017.

MIRANDA, Pontes de. *Tratado de Direito Privado*. Tomo XLVI. 3. ed. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1970.

NADER, Paulo. *Curso de Direito civil, v. 3: Contratos*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

NORONHA, Carlos Silveira. Reflexões doutrinárias acerca do Direito das Sucessões. In.: NORONHA, Carlos Silveira (org.). *As novas perspectivas do direito das sucessões: em tempos de modernidade e pós-modernidade*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

OLIVEIRA, Arthur Vasco Itabaiana de. *Tratado de Direito das Sucessões*. São Paulo: Max Limonad, 1952.

OLIVEIRA, Euclides de. *Inventário e partilha: teoria e prática*. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

ORSELLI, Helena de Azeredo; SPIESS, Stephanie. Análise da doação inoficiosa e de seus reflexos no direito sucessório. *Revista Jurídica FUBR*, Blumenau, v. 20, n. 41, p. 183 – 213,

jan./abr. 2016. Disponível em: <
<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/4991/3406>>. Acesso em: 23 ago.
2020.

PERLINGIERI, Pietro. *Perfis de Direito Civil*. Tradução de: Maria Cristina De Cicco. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

PEREIRA, Cario Mário da Silva. *Instituições de direito civil*: vol. III. 21. ed. Rio de Janeiro, Forense: 2017.

RIZZARDO, Arnaldo. *Direito das sucessões*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

RIZZARDO, Arnaldo. *Prescrição e decadência*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

TARTUCE, Flávio. *Direito Civil*: teoria geral dos contratos e contas em espécie – v. 3. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

TARTUCE, Flávio. *Direito civil*, v. 6: direito das sucessões. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Prescrição e decadência*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil*: contratos. 17. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

VILLELA, João Baptista. *Contribuição à teoria do valor dos bens na colação hereditária*. Tese de habilitação à docência-livre de Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte: Edição do autor, 1964.

DADOS DA PUBLICAÇÃO

Categoria: artigo submetido ao *double-blind review*.

Recebido em: 10/07/2020.

Aceito em: 23/04/2021.